



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640207 - MG (2021/0013851-1)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**IMPETRANTE** : HELITON FERREIRA DA SILVA FERNANDES  
**ADVOGADO** : HELITON FERREIRA DA SILVA FERNANDES - MG147095  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : ROSARIA JOANA DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROSARIA JOANA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.003695-0/000).

A paciente foi presa preventivamente, em 28.12.2020, em razão da suposta prática do delito roubo majorado.

O impetrante sustenta que a Súmula n. 691 do STF deveria ser mitigada, haja vista a ausência de fundamentação idônea para a manutenção da custódia cautelar da paciente.

Alega a ausência de justa causa para a decretação da prisão cautelar, destacando que ainda não foi oferecida a denúncia.

Assevera que a paciente é mãe de uma filha de 7 anos de idade, é primária, possui endereço fixo e trabalho lícito, sendo devida a substituição da custódia por prisão domiciliar, nos termos do art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal e do HC 143.641/SP julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

Requer, liminarmente, o deferimento da prisão domiciliar à paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser

*conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.*

*4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)*

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência